

PROVISÓRIO



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1. INTERNET: ORIGEM, EVOLUÇÃO E O FUTURO	25
1. A História da Internet no Mundo	25
1.1. A ARPANET: o início de tudo	25
1.2. A <i>World Wide Web</i> : uma nova interface	30
1.3. O fim da ARPANET e o nascimento da Internet. A privatização	31
2. A Internet no Brasil	34
3. A evolução e o futuro da Internet	36
2. A ARQUITETURA DA INTERNET E CONCEITOS TECNO- LÓGICOS	45
1. A Arquitetura da Internet	45
1.1. Introdução	45
1.2. Números IP	46
1.3. Provedores	55
1.4. Administrador de Sistema Autônomo	57
1.5. Serviços da Internet	58
1.6. Arquiteturas de rede	58

1.7.	Registros	62
1.8.	Os Nomes de Domínio	64
1.9.	Os “níveis” de acesso da Web: <i>surface</i> , <i>deep</i> e <i>dark</i>	77
1.10.	<i>Cloud computing</i> (“computação em nuvem”)	79
1.11.	Redes sociais	81
1.12.	Formas de identificação e localização de conteúdo ...	82
2.	Conceitos tecnológicos	87
2.1.	Algoritmos	87
2.2.	Programas, código-fonte e engenharia reversa ..	88
2.3.	Criptografia	92
2.4.	Bitcoin. <i>Blockchain</i> . Criptoativos	98
2.5.	Smart Contracts	106
2.6.	Web 3.0	110
3.	A GOVERNANÇA DA INTERNET	113
1.	Conceito de Governança	113
2.	Atores	114
2.1.	Atores-executivos globais	114
2.2.	Atores-executivos nacionais	117
3.	Princípios	120
3.1.	Princípios Internacionais	120
3.2.	Princípios Nacionais	125
4.	Normas	127
4.1.	Normas Internacionais	127
4.2.	Normas Nacionais	129
5.	Políticas	132
5.1.	Políticas Internacionais	132
5.2.	Políticas Nacionais	132

4. PROCESSO 4.0	135
1. Introdução	135
1.1. Do processo em papel para o “Processo 4.0” ...	135
1.2. A Origem do Processo Eletrônico	137
2. Processo 4.0	138
2.1. O “Processo 4.0” e o programa Justiça 4.0 do CNJ	138
2.2. Microssistema normativo do Processo 4.0	140
2.3. Atos processuais	142
2.4. A assinatura eletrônica	144
2.5. Requisitos do Processo 4.0	147
2.5.1. Requisitos para os Tribunais	147
2.5.2. Requisitos para os usuários	152
2.6. Regulamentação pelo Poder Judiciário	153
2.7. Requisitos da Petição Inicial	154
2.8. Distribuição de petições	155
2.9. Procuração	156
2.10. Das Comunicações dos Atos Processuais	156
2.11. Cartas e ofícios	166
2.12. Momento da prática dos atos processuais. Questões sobre prazos processuais	167
2.13. Indisponibilidade do sistema e efeitos nos prazos processuais	168
2.14. Documentos	170
2.14.1. Documentos digitais e digitalizados ...	170
2.14.2. Da Impossibilidade de digitalização de documentos	172
2.14.3. Da anexação de documentos de mídia	173

2.15.	Conservação e Segurança da Informação	176
2.16.	Fornecimento de Equipamentos Tecnológicos ..	177
2.17.	Publicidade no Processo 4.0. Dos desafios da compatibilidade com a LGPD	177
2.17.1.	Publicidade no Processo 4.0	177
2.17.2.	O processo 4.0 e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	180
2.18.	Negócios Jurídicos Processuais no Processo Eletrônico	181
2.19.	As Prerrogativas do Advogado no Processo Eletrônico	182
3.	Inovações Tecnológicas do Poder Judiciário	184
3.1.	Videoconferência	184
3.1.1.	Conceito, características e requisitos .	184
3.1.2.	Previsão Normativa	185
3.1.3.	Requisitos técnicos das videoconferências	186
3.1.3.1.	Das regras da Resolução 354/2020 CNJ	187
3.1.4.	Testemunha e incomunicabilidade	192
3.2.	Juízo 100% Digital	192
3.3.	“Balcão Virtual”	194
3.4.	Núcleos de Justiça 4.0	195
3.5.	Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br	197
3.6.	O Portal de Serviços do Poder Judiciário	198
3.7.	A Assincronia no Processo Eletrônico. As Sessões de Julgamentos Eletrônicos. A Sustentação Oral Assíncrona	199
4.	Pensando no futuro do processo 4.0	204

5. PROVAS DIGITAIS	213
1. Provas Digitais	213
1.1. Introdução. Conceito	213
1.2. Normas jurídicas e técnicas aplicáveis	215
1.3. Classificação das provas digitais	217
1.4. Validade e força probante das provas documentais digitais	227
1.4.1. A cadeia de custódia	232
1.4.1.1. Conceito e elementos	232
1.4.1.2. Etapas	234
1.4.1.3. Âmbito de aplicação	236
1.4.1.4. Efeitos jurídicos da quebra da cadeia de custódia no processo	238
1.4.1.5. Procedimentos de cadeia de custódia em provas digitais ...	239
1.4.1.6. Impugnação da Prova pela Violação da Cadeia de Custódia	240
1.5. Preservação e produção de provas digitais	243
1.6. A prova digital e os parâmetros de precisão e de determinação (“afunilamento probatório”)	252
2. Provas Digitais Documentais em Espécie	253
2.1. Provas em provedores de conexão	253
2.2. Provas em provedores de telefonia	263
2.3. Provas em provedores de aplicação	265
2.3.1. Regras Gerais	265
2.3.2. Provas em provedores de aplicação específicos	274
2.4. Acesso aos registos de conexão e de aplicação ...	288

2.5.	Provas em computadores e outros dispositivos informáticos	302
2.6.	Provas em e-mails	302
2.7.	Ata Notarial	305
2.8.	O “Print”	306
2.9.	Nomes de Domínio e Sites	311
2.10.	Provas em Fontes Abertas	319
2.10.1.	Google	323
2.10.2.	X	326
2.10.3.	Facebook	328
2.10.4.	Ferramentas e sites para a pesquisa em fontes abertas	330
2.11.	Modernas Técnicas de Investigação	342
2.12.	Geolocalização	347
3.	Interceptação Telemática	352
4.	Perícia Forense	358
4.1.	A perícia em computadores	358
4.2.	A perícia “algorítmica”	360
4.3.	“Antiforense”	362
5.	Provas Digitais Ilícitas	363
6.	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	367
1.	Introdução à Inteligência Artificial	367
1.1.	Os incríveis impactos de uma tecnologia quase milagrosa	367
1.2.	Principais conceitos relativos ao tema	368
1.2.1.	Inteligência Artificial	368
1.2.2.	<i>Machine Learning</i> – ML (“Aprendizagem de Máquina”)	371

1.2.3.	<i>Deep Learning</i> (“Aprendizagem profunda”)	373
1.2.4.	Redes Neurais	373
1.2.5.	<i>Natural Language Processing</i> – NLP (“Processamento de Linguagem Natural”)	374
1.2.6.	<i>Large Language Models</i> – LLM (“Grandes Modelos de Linguagem”)	374
1.2.7.	<i>Tokens</i>	375
1.2.8.	<i>Chatbot</i>	376
1.2.9.	<i>Prompt. Engenharia de Prompt. Enca- deamento de Prompts.</i>	377
1.2.10.	Agentes	380
2.	Origem e Evolução	381
3.	Riscos e Problemas no Uso da IA	387
3.1.	Desemprego	388
3.2.	<i>Deepfakes</i>	390
3.3.	Alucinação	391
3.4.	Violação de Direitos Autorais	394
3.5.	Enviesamento	396
3.6.	Violação da proteção de dados pessoais	399
3.7.	Ausência de Transparência.	402
3.8.	Riscos à Segurança	403
4.	Normatização da IA	405
4.1.	Resolução 615/2025 do CNJ:	406
4.1.1.	A necessidade de regulamentar a inte- ligência artificial no Judiciário	406
4.1.2.	A Resolução 332: o primeiro marco regulatório	406
4.1.3.	Os atores envolvidos na Resolução 615 ..	407

4.1.4.	Espécies de Contratação	408
4.1.4.1.	Contratação Corporativa (art. 20)	408
4.1.4.2.	Contratação Individual (art. 19, §2º)	409
4.1.5.	Classificação de riscos	410
4.1.6.	Desafios e questões em aberto	411
4.1.6.1.	Transparência, explicabilidade e publicidade algorítmica	412
4.1.6.2.	O uso de ferramentas privadas de IA no Judiciário diante das restrições da Resolução CNJ nº 615/2025	412
4.1.6.3.	Ausência de critérios claros sobre “explicabilidade”	414
4.2.	Resolução 23.610/2019 do TSE	414
4.3.	<i>AI ACT</i> :	415
4.4.	Recomendações do Conselho Federal da OAB	416
ANEXO 1: MODELOS DE PETIÇÕES		419
ANEXO 2: ENGENHARIA DE PROMPT NA PRÁTICA		435
BIBLIOGRAFIA		455